
CIDADE, CONTRADIÇÕES E IMAGINÁRIO: APRIMORANDO O MÉTODO DE PESQUISA QUALITATIVA.

FERREIRA, Cleyton José de Sousa¹

Recebido (Received): 04/09/2022 Aceito (Accepted): 23/12/2022

Como citar este artigo: FERREIRA, C.J.S. Cidade, contradições e imaginário: aprimorando o método de pesquisa qualitativa. **Geoconexões online**, v.2, n.3, Edição Especial p. 50-64-, 2022 (Dossiê: Métodos e Técnicas de Pesquisas Qualitativas)

RESUMO:

Este artigo pretende discutir como a pesquisa qualitativa pode ser aplicada aos estudos sobre a compreensão das contradições citadinas, e no entendimento da disputa dos espaços urbanos pelos seus habitantes; que são, a partir do próprio imaginário, os reconstrutores da cidade. Não obstante, sua historicidade, discursos, condição social, econômica, política e geográfica; serão neste trabalho discutidas tendo a referência das literaturas existentes sobre a temática, trazendo à discussão o exemplo de cidades como Bom Conselho em Pernambuco. Esta cidade pode nos oferecer um exemplo de como o imaginário pode fazer delas um lugar de privilégios e ao mesmo tempo, lugar de exclusões. Entendendo a cidade como um palco de lutas por espaços de moradia, lugares de memórias, afetos e identidades urbanas; para as quais a pesquisa qualitativa revelará que uma localidade do interior é também o lugar dos grandes conflitos.

PALAVRAS-CHAVE: Cidade, Imaginário, Formação.

CITY, CONTRADICTIONS AND IMAGINARY: THE IMPROVEMENT METHODOLOGY OF QUALITATIVE RESEARCHES.

ABSTRACT:

This article discussed how qualitative methodology can be applied to studies for understanding of contradictions in urban space. And understanding the dispute for these spaces by the historical subjects that make of city, and who are, from imaginary, rebuilders of the city. Considering its historicity, discourses, social, economic, political and geographical condition; will be discussed based from literature existing of the subject, as the examples of cities like Bom Conselho in Pernambuco. City that can offer us an example of how the imaginary can make it a place of many and at the same time, place of the few. Its understanding the city a stage of litigation for spaces of living, memory, affections and urban identities that qualitative methodology will transform a locality from inner of state into a place of great conflicts.

Keywords: City, Imaginary, Formation.

¹ Graduado em História e mestrando do Programa de Pós-graduação em História e Geografia. E-mail: profcfj@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2198-4910>

Introdução

Uma cidade não poder ser apenas o endereço do capitalismo. Nem tão pouco o lugar onde nos encontramos para confraternizar, morar, trabalhar, estudar, rezar, comercializar ou visitar. Internamente é o palco das lutas pela sobrevivência ao seu desenvolvimento. Luta protagonizada pelas classes sociais que constituem os agrupamentos urbanos. Neste sentido, estudar a cidade é também prescrutar seus habitantes. Para poder enxergar além dos elementos visíveis e quantitativos dos agrupamentos habitacionais, que a rigor pode ser um dos poucos elementos óbvios que diferenciam espaço rural de espaço urbano. Quais implicações históricas formaram as classes sociais que estão subjacentes a estes grupos e quais tem sido as continuidades de suas lutas nesse recorte geográfico? A cidade é mesmo a epítome da contradição inerente ao capitalismo, algo que se reproduz diretamente no imaginário do cidadão? A formação política do seu habitante gerou discursos, promove lutas e desejos no interior dessas cidades?

Intencionalmente essas lutas são responsáveis pelos processos dialéticos de permanências e expurgos desses habitantes e suas produções nos espaços urbanos. São também criadoras e recriadoras do imaginário que modificará a estética arquitetônica e urbanística da cidade. Fazendo dela um monumento escrito inacabado aos vitoriosos e derrotados, num processo de apagamento e reescrita permanente da própria história. Essa história social e dos trabalhadores, com recorte tão específico, tende a ser pouco documentada nos livros produzidos pelas cronologias locais, mas sobrevive/sobrevive na memória dos seus habitantes. São os habitantes da cidade que mantêm a própria história em suas recordações, lembranças e tradições. E suas particulares formas de narrar sensivelmente o que há de cognoscível na cidade que a reproduzem – de maneira idealizada – como materialização de um imaginário. Portanto, um estudo com esse objeto precisa partir da compreensão concreta, material e dialética da formação das cidades interioranas e suas observações deverão revelar quais as contradições no interior destas formam as cidades e os cidadãos. E para perceber suas nuances de formação através do imaginário cidadão, seja pelos nomes usados para designar seus espaços ou pelas atribuições de significados a estes; a flexibilidade do método qualitativo de pesquisa se torna mais indicado. Para que o imaginário urbano, indo além dos livros e estudos realizados pelos cientistas sociais, seja compreendido de maneira original pelo pesquisador. Caminhar pelas ruas da cidade em meio a sua população; investigando, transcrevendo e decodificando essas originalidades, é uma maneira dialética e qualitativa do historiador se aproximar deste imaginário. Portanto, o método de pesquisa qualitativa deve ser aplicado em conjunto à dialética das passagens e observações

diurnas; é o historiador, escrevendo sobre as contradições das cidades interioranas estando em meio a ela.

O método qualitativo pode aproximar da compreensão histórica material a amplitude criativa que possui o imaginário urbano na formação dessas cidades. Estabelecendo dialeticamente a produção do trabalho entre a concretude das implicações sociais e a consciência de si das classes sociais que formam a cidade. Em que pese o fato da proposta ser de estudar a cidade num recorte de tempo muito específico, certamente se constataria alguns problemas superestruturais urbanos permanentes, e que por décadas não foram resolvidos ou remediados – como os casos de elitismo classista, racismo e outras formas de expurgos sociais – e como isso chegou até os dias atuais. Estaria então o imaginário urbano preservado, assim como estes problemas permanentes? Aceitando que o imaginário seja uma mentalidade produzida e que se externaria como uma metalinguagem, a resposta seria sim; caso problemas superestruturais permaneçam. É perceptível observar que os mais variados estudiosos da cidade como urbanistas, geógrafos, historiadores, engenheiros, escritores e afins; ainda que não sejam materialistas históricos dialéticos, a única coisa que notadamente sobressai, em qualquer um dos estudos, seria o imaginário das classes sociais litigiosas e a luta pelo direito a cidade. No palco de uma organização do espaço social-cidadino em prol da perspectiva de poder uma minoritária classe social privilegiada política e economicamente em detrimento da sua opositora, numericamente majoritária e desprivilegiada dos poderes políticos e econômicos que a distinguem dos primeiros citados.

Reflexão sobre o processo de formação.

Todo processo de urbanização moderna inerente às cidades reproduziu a história da luta de classe. Tal afirmação parte da premissa que houve formas de urbanização pré-capitalistas que foram estudadas extensamente por medievalistas, historiadores da antiguidade clássica e etnógrafos. Porém, para estabelecermos nosso recorte temporal da modernidade partiremos da premissa do historiador estadunidense Lewis Mumford, em seu livro *A Cidade na História* (1961), no qual destacou como um dos aspectos centrais dessas formações, a transição do trabalho penal das minas, reproduzido por prisioneiros; para o interior das fábricas que, segundo o autor, tornava a imposição de um castigo (do trabalho forçado) numa disponibilidade do trabalhador fabril (a necessidade de sobrevivência): “A rotina escrava das minas, cujo trabalho constituía um castigo intencional para os criminosos, tornou-se o ambiente normal do novo trabalhador industrial.” (MUMFORD, 1961, pg. 483). As jornadas extremas de trabalho continuavam sendo a marca do cotidiano desses homens, mulheres e crianças que, diante das indústrias fumegantes, buscavam sobreviver em meio ao

som e o movimento das mandíbulas trituradoras das máquinas das linhas de produção. Segundo Mumford,

“Se o capitalismo tendia a expandir os domínios do mercado e transformar cada parte da cidade numa comodidade negociável, a mudança dos trabalhos manuais urbanos organizados para a produção fabril em larga escala transformou as cidades industriais em sombrias colmeias, a fumejar ativamente, a bater, guinchar, a expelir rolos de fumo de doze a quatorze horas do dia, algumas vezes durante as vinte quatro horas.” (MUMFORD, 1961, pg. 483)

Inferimos, a partir dessa concepção “Mumfordiana”, que o trabalho e a luta de classe foram – e ainda são - o grande impulso desenvolvedor e reformador das cidades no século XIX. As tensões entre as classes sociais, assim como seu trabalho na construção da cidade, relegaram à posteridade, disputas por um lugar político neste espaço territorial; seja nas bucólicas cidades interioranas ou nas agitadas regiões metropolitanas.

Concretamente: há na estética da paisagem urbana um simbolismo representado, ele é oriundo do imaginário político das classes sociais. O eurocentrismo determinou o direcionamento artístico do casario citadino; mas os telhados, fachadas, adornos e portões nada mais são que produções materiais da classe trabalhadora que serviu, ou vendeu, sua mão de obra à emergente classe patronal urbana. Assim, existe entre estes agentes urbanos a legitimação de sua condição social, e de poder, representada pelo papel desempenhado neste processo de urbanização. No qual havia os que produziam pelo trabalho e aqueles que se serviam disso. Em alguma medida, pode também indicar o surgimento de uma estética nova, derivada da inspiração europeia, mas adaptada pelas possibilidades materiais dos rincões geográficos do Brasil. Se constituindo em uma nova concepção artística, eurosertaneja, brasileira por fim.

Contudo, não reduziremos os processos de compreensão da cidade a simplórios maniqueísmos entre grupos sociais que estariam a fortiori em conflito, porém, não descartando do estudo essa leitura, pois segundo Pesavento “Nesse espaço de concentração populacional, os homens que vivem na cidade não se entenderão, estando, pois, contida na narrativa original, uma condenação: a cidade está destinada a ser centro de conflito” (1999, p.7-8). Então, a observação da luta de classe é realmente inseparável das experiências históricas nos contextos urbanos existentes, desde a formação das cidades pré-capitalistas do século XVIII até os dias atuais. E cabe ressaltar que tal afirmação não é um mero esforço retórico, é um dado concreto da realidade, estudado e amplamente documentado. Bastaria o leitor se perguntar quem construiu a muralha da China ou as pirâmides do Egito. Porém, diante da complexidade peculiar deste objeto de estudo, devido aos seus variados desdobramentos, sua realização se torna uma missão, deveras, complicada de produzir através unicamente do

método quantitativo a que sujeitamos essas camadas de história. É preciso dialogar com outras formas de conhecer a cidade, e a pesquisa qualitativa possibilita essa transversalidade e flexibilidade científica.

Observemos localidades como Pescaria Brava no litoral catarinense, a cidade mais jovem do Brasil, tem 9 anos de municipalização; ou 491 anos como a longeva cidade de Cananéia no litoral paulista. Independentemente do tempo de existência da cidade, ambas poderão ter em comum a dificuldade de documentar a própria história, como boa parte dos municípios brasileiros. Um dos fatores é o descaso com a memória coletiva que preserva apenas o que é tido como valor turístico. Outro fator é o deficitário ensino de História na rede pública de ensino, o que contribui para o distanciamento político dos estudantes com a própria história. Isso para não mencionar a autogestão enquanto município. Há levantamentos do IBGE (2018) sobre a receita dos municípios (ranking de eficiência) 70% das 5.570 cidades brasileiras tem mais de 80% de suas fontes de renda de origem externa (repasse da União). Portanto, é evidente de que nem sempre o turismo, industrialização e a administração pública andam *pari passu*, buscando em prol do interesse e bem-estar coletivo tornar as lutas pelo espaço urbano ainda mais evidentes.

Estas ponderações dos historiadores, memorialistas, cronistas, jornalistas, escritores, poetas, narradores, transeuntes, moradores, visitantes e turistas fazem dos espaços de convivência uma apresentação do cidadão da urbe. O habitante, urbanita; o sujeito da história social concretamente determinado pelas contraditórias materiais de sua realidade geográfica, porém, resistente as imposições históricas em seu contexto temporal. Um indivíduo condicionado por seu tempo histórico, mas sujeito às mudanças impostas pelo axioma de progresso; quer seja para legitimá-las ou para confrontá-las. Podemos nos remeter a um personagem real da paisagem urbana francesa do século XIX: O Flâneur, de Walter Benjamin (1940) e Charles Baudelaire (1857). Na obra de Benjamin este se tornou mais do que um mero passante das ruas da cidade, e se transfigurou em um método de análise, compreensão e produção de conhecimento das sutis complexidades que compõem a urbe. Em que medida é possível dizer que tal método seria aplicado de forma semelhante na América do Sul, no Brasil; em suas cidades interioranas especificamente? Seria o sujeito que ocupa estes espaços urbanos é um conhecedor de suas especificidades, em maior ou menor medida um Flâneur? Ele sabe o que mudou, o que precisa mudar, as localidades, as histórias, as lembranças, os personagens, os eventos, os espaços de lazer, as atividades culturais, as inúmeras formas de sociabilidade que estes lugares oferecem? Só as pesquisas qualitativas bem conduzidas poderiam responder a estas questões. Contudo, há uma certeza: o imaginário dos que ocupam as cidades é a diretriz de sua reconstrução diuturnamente. O

próprio Walter Benjamin tinha a idílica visão da cidade como um palimpsesto (Benjamin, 1995, p.108), poderíamos ampliar essa concepção e dizer que toda cidade é como um livro que a ação do tempo tende a apagar as letras, mas o leitor, no presente, se esforça em reconstruí-las e reimprimi-las, descobrir novas tramas, entendê-las melhor e até mesmo esquecê-las.

A luta no interior: a formação da cidade.

Nos estudos das cidades interioranas de Pernambuco, sobretudo das formações urbanas do fim do século XIX, é possível notar um semelhante fenômeno: a estruturação permanente da administração política e econômica de base religiosa (cristã) fundamentada na posse de terras. Até a Igreja era detentora de terras. E é possível chegar a essa conclusão quando são comparados os trabalhos de historiadores, os escritos dos memorialistas às tradições e a memória dos povos originários. Na tese de doutorado de Villaschi (2014) ele afirma que “Trata-se, efetivamente, do papel estruturador do espaço desempenhado pelas duas instituições mais características da dominação ideológica — política e religiosa — dos períodos colonial e imperial: o Estado e a Igreja Católica” (p. 83). Esses trabalhos apontam para processos de urbanização nas localidades onde já havia sítios habitados por populações tradicionais. Ajudadas pelas missões catequistas a aristocracia rural se manteve pela exploração da terra numa constante expansão dos seus territórios pelos expurgos dos habitantes locais com o aval político das instituições vinculadas aos governos das províncias representantes do Império brasileiro (1822-1889). A administração luso-brasileira interessava ocupar essas localidades temendo os saques, guerrilhas e os levantes escravos como de Palmares (1597 – 1694). Essa resistência poderia fomentar uma fragmentação territorial com a concentração de poder político pelos donatários que resolvessem com os escravos se opor às ordens imperiais. A contenção dos levantes e a punição dos saqueadores eram os exemplos que passariam credibilidade e demonstrariam lealdade das províncias ao Império brasileiro. É preciso mencionar que a resistência das povoações indígenas ao regime escravocrata e a tomada de suas terras também fazem parte dessas formações urbanas.

É provável que o anseio dos Governos da Capitania de Pernambuco - chegando a ser um País independente em 1817, antes de se tornar província - em formar uma aristocracia nos sertões que administrasse alinhada com o Império luso-brasileiro em todos os seus aspectos. Talvez fosse um dos motivos para atrair e deslocar membros da fidalguia litorânea das classes sociais do litoral para o interior. Com o desígnio de se tornarem seus representantes (extra) oficiais nessas localidades. Essa pode ser uma das premissas adotadas para explicar a chegada das famílias de aristocratas de posição política destacada

nominalmente pela posse de algum título militar como “Capitão, Tenente, Coronel, Major”. Títulos concedidos por sua posição frente ao Governo das Capitanias.

A história das famílias aristocráticas tem a ver com a ocupação permanente destas localidades, não obstante, está diretamente ligada ao seu patrimônio arquitetônico. Haja visto que majoritariamente as edificações históricas preservadas até os dias atuais foram aquelas que estas famílias construíram. Este patrimônio arquitetônico pode revelar mais uma faceta dessa luta pelo espaço urbano: Deliberadamente serão retiradas da paisagem citadina as habitações populares para dar lugar aos palacetes, casarões e lojas de comércio que irão compor o núcleo econômico e administrativo da cidade. Neste sentido a classe trabalhadora, os verdadeiros produtores da cidade, são afastados dela pelo poder político, e empurrados para as margens, muitas vezes indefesos, sem que percebam criticamente o processo de alienação ao qual estão sendo submetidos. Os cidadãos que estiveram conscientes do valor político da permanência nos centros urbanos se organizaram em prol desta estabilidade habitacional, certamente ofereceram maior e eficaz resistência nesses recortes. Não é difícil pensar em uma história sendo produzida, parafraseando Walter Benjamin “a contrapelos” (1940). Em outras palavras, se posicionando contrariamente ao movimento corriqueiro nos processos de ocupação das cidades.

Observe-se que na posse da terra que originou a cidade, as classes sociais mencionadas - e muitas vezes enaltecidas como os “pais-fundadores” dos municípios na maioria cronologias - portam uma contradição. Seriam as famílias aristocráticas, proprietárias da terra por meio das decisões políticas, os construtores das cidades? Quais condições materiais concretas de luta de classe o patrimônio histórico arquitetônico revela para a produção da história? A posição política e econômica das classes sociais determina, a despeito de qualquer outro aspecto das comunidades urbanas, o que será a cidade. A contradição está em produzir um palimpsesto em que apenas um minúsculo recorte de habitantes seja o autor de uma história que foi produzida à várias mãos. Segundo Roberto Lobato Correia

Em uma sociedade de classes, a organização espacial refletirá tanto a natureza classista da produção e do consumo de bens materiais, como o controle exercido sobre as relações entre as classes sociais que emergiram das relações sociais ligadas à produção. (CORREIA. 1986, p. 56-57)

Sobre estas imposições, Marie-Claire Lavabre nos adverte para algumas relações centrais de poder. Elas deram origem aos espaços urbanos que ainda hoje compõem o cenário citadino do interior dos Estados. Evidenciar as lutas que compõe estas relações de poder nos centros urbanos, não é uma tarefa simples. Os arquivos públicos das cidades médias e pequenas, distantes das regiões metropolitanas, são muitas vezes carentes de

documentos físicos. Aos quais nem sempre os pesquisadores terão acesso diretamente, carecendo contar com o humor de quem estiver responsável por estes arquivos. Há também uma perda contumaz dessas informações, seja por descaso ou pela ação do tempo. O que torna a exigência das pesquisas e estudos nesse sentido majoritariamente qualitativos pois a quantificação dessas dimensões nem sempre serão possíveis. Diante do quadro descrito de ausências, silêncios, recortes, desaparecimentos e por fim esquecimentos; as produções devem levar em conta, ainda assim, os dados e fontes possíveis que em sua maioria das vezes estão em álbuns de fotografias das famílias e dos arquivos dos jornais locais, que preservam parte dessas fontes digitalizadas ou apenas guardadas de alguma forma. Neste sentido, surge outro desafio: estabelecer quais grupos sociais serão entrevistados.

Esta também não é uma tarefa simples, porque escolhas podem ser oriundas da particularidade do autor da pesquisa; direcionamento particularista que aproximaria o estudo de uma produção que fosse apenas um capricho de quem o escreve. Usar fotografias também pode ser uma tarefa complexa e que exige cuidados. É sabido que numa fotografia contém mais do que apenas uma imagem congelada, e sim um movimento. Este processo exige a leitura atenciosa das intenções do registro: na forma, no que está registrado e inclusive por quem; à época em que foi feito. Há uma vasta literatura que explica as complexidades da produção de conhecimento encontradas por quem trabalha com tais fontes. Todavia, isso não desanima o historiador, em seu trabalho de produção de conhecimento sabe dos desafios e isso é o cotidiano, não a anormalidade. A atividade dos cronistas urbanos, memorialistas, romancistas, jornalistas, professores, poetas, músicos, lideranças religiosas e políticas podem ser o ponto de partida para a produção de uma pesquisa com esse objeto de estudo. Paralelamente a uma revisão bibliográfica que confronte as fontes, o que é narrado, proponha uma analogia com os eventos reconhecidos na cronologia oficial do município, como as celebrações e os feriados. E tudo aquilo que o poder público não medisse esforços para preservar, argumentando ser insubstituível para a manutenção de um sentimento de pertencimento, a afetividade e a identidade cidadina.

É o conhecimento das evidências históricas que farão o cidadão recusar ou aceitar aquilo que é apenas retoricamente atribuído a sua história na cidade. Não obstante, o atrairá para o debate sobre sua posição na cidade. Por isso, cada observação sobre a cidade será nova e levará o questionamento da antiga. Porque seus conhecedores estarão imbricados de particularidades em chaves de leituras, condicionadas pelo tempo histórico em que são produzidas. Tudo estará em permanente construção e reconstrução, é desta forma que a cronologia urbana se faz. Seja de maneira idílica ou verossimilhança com o fato histórico, a cidade estará sujeita a este confronto e num processo dialético reconstruindo a si mesma a

partir da mentalidade inerente ao seu tempo. Um processo contínuo de reconstrução que necessita do espaço citadino como palco de uma trama conflituosa entre seus habitantes. Atuando como roteiristas, atores, público e crítica de si mesmo e suas produções.

Contradições no espaço citadino.

A lenta e gradual mudança global de um modelo de capitalismo rural, baseado na exploração do homem e da terra, herdeiro do escravismo cuja produção era inteiramente posse dos senhores do campo. O trabalhador que buscava prover-se quando, finalmente, se encontrasse livre dos grilhões, permaneceria de maneira análoga preso à terra; não houve processos de integração do ex-escravo a sociedade capitalista, como proprietário ou concessionário de terras indenizado pelos anos de abusos sofridos. Essa mudança, paralelamente, deu início ao modelo de capitalismo urbano no qual o ex-escravo se tornara um trabalhador fabril, paulatinamente politizado e organizado pelos movimentos sociais a se distanciar do escravismo. Contudo, em sua condição de hábil detentor do conhecimento produtivo, o trabalhador passaria a submissão das jornadas de trabalho extremas, de 12 – 14 horas diárias. Desvinculado dos senhores de terra, doravante atrelado às fábricas e máquinas.

Estes trabalhadores urbanos ocupavam moradias entorno das fábricas e lugares de prestação de serviços, formando os cortiços, becos e vilas que são em maior medida as origens dos bairros e subúrbios, em desconformidade com os planejamentos urbanos, organizavam-se como era possível. Formando assim a cidade de muitos em paralelo a cidade de poucos composta dos bairros centrais e os condomínios. É preciso contextualizar tal afirmação sobre a cidade de muitos e poucos entendendo que na luta pelo direito a cidade a maior quantidade de moradores estão separados por renda, escolarização, etnia; estão majoritariamente concentrados nos bairros de subúrbios e periféricos. Ou seja, contingencialmente esses bairros tendem a ser maiores em concentração de moradores e necessidades do serviço público como garantia de qualidade de vida.

Em contraponto, a cidade de poucos está concentrada nos bairros centrais ou condomínios nos quais sua população é o oposto do que mencionamos anteriormente, em renda, escolarização, etnia e compõem assim os bairros que o imaginário conhece por “nobres” das cidades, os nobres são uma classe composta por poucas pessoas desde a idade média. Podemos dizer que, embora muito semelhantes em seus anseios por direito a cidade, as classes sociais dessas localidades divergem nos elementos já citados anteriormente. Para além do que poderia identificá-los como moradores de uma região específica da cidade. Os sotaques, festividades, grupos sociais e até mesmo expressões religiosas fazem parte dessas características que compõem a concretude material presente nos bairros de uma cidade. Tal afirmação é mais visível nas metrópoles, a capital do Estado de São Paulo seria um bom

exemplo, aonde alguns moradores do bairro da Moca têm sotaque, vestimentas e festividades culturais específicos e que difere dos moradores de Santo Amaro na mesma cidade.

Vale ressaltar que tal afirmação é uma regra, constatação de que as cidades podem conter padrões culturais variáveis nessas formações e que todas são observáveis. Todavia, este exemplo nos ajudar a refletir como no interior de uma cidade podem conter imaginários distintos, e que essa diversificação, bem como seu patrimônio cultural podem ser reveladores dessa dimensão. Para Correia,

A reprodução dos grupos sociais faz-se através de muitos meios. A transmissão do saber, formalizada ou não, constitui um. Outro, e dos mais importantes, é a organização espacial. Ao fixar no solo os seus objetos, frutos do trabalho social e vinculados às necessidades, um grupo possibilita que as atividades desempenhadas por estes alcancem um período de tempo mais ou menos longo, repetindo, produzindo as mesmas. Nestas condições, o grupo social se reproduz, porque a reprodução das atividades ligas as suas necessidades viabiliza o próprio. (CORREIA. 1986, p. 55-56)

Neste sentido e proporção, as cidades interioranas podem formar perfis de habitantes pelo planejamento dos bairros, ofertas e prestação de serviço, além do acesso a áreas de lazer, cultura e entretenimento. Essa quase determinação geográfica segue uma lógica de beneficiamento das zonas da cidade que pode ser entendida como um processo de gentrificação. Seguramente o que promove uma maior concentração e fluxo de moradores, direcionados por sua condição social, em/para uma região da cidade em detrimento das outras. É notável que no caso específico dos bairros ditos “nobres”, para os quais a sugestão e a escolha dos seus nomes não podem ser aviltantes aos seus moradores. Um exemplo do exposto é a cidade de Bom Conselho/PE, município do interior de Pernambuco, a 285km da capital (Recife), 126 anos de fundação, sua população, conforme estimativas do IBGE de 2018, era de 58 336 habitantes. Nesta cidade, o bairro Nossa Senhora de Fátima é conhecido como “O bairro das 50”. Devemos explicar que tal nomenclatura faz referência ao imaginário de que neste bairro estão localizadas as “50 casas mais ricas da cidade”, conforme o relato dos próprios moradores. Em contrapartida há o “Bairro Treze”, situado próximo do centro da cidade. Este, por ser uma comunidade estabelecida pela ocupação de uma faixa de terra ociosa, atualmente é composto por casas e ruas tortuosas de planejamento não convencional, que o torna uma pequena comunidade popular, algo como uma favela ou cortiço. O que chama atenção é o imaginário popular dar-lhe um nome que faz alusão ao filme B13 - 13º Distrito (2004). Produção cinematográfica caracterizada por seu altíssimo teor de violência e miséria. Seguramente, o imaginário popular construiu as identidades desta localidade e consequentemente dos seus próprios habitantes. Percebemos que um bairro de classe média alta com apenas 50 casas suntuosas (aparentemente) não pode ter um nome que desafie a

autoestima do seu habitante. Paralelamente, ter a referência nominal de um filme que mostra um setor perigoso se torna uma autoafirmação aceitável, desde que isso produza a gentrificação tão desejada pelo planejamento urbano. Ou seja, a gentrificação que se trata do processo de enobrecimento de uma região da cidade que expulsa os seus moradores de baixa renda, se parafrasearmos a socióloga Ruth Glass (1964).

É o início dialético do processo de compreensão cidadina que se dividirá em outras internamente. Flagrante contradição estabelecida entre a suntuosidade arquitetônica imanente do seu casario monumental que adorna os centros das cidades, das lojas, igrejas, praças, parques, boulevards, fontes que jorram água mineral para efeito estético, colégios confessionais, edificações da administração pública local e estadual, áreas de lazer e de atividades culturais; características dos bairros ditos “nobres” e centrais da cidade com muitos atrativos e ofertas para usufruto e garantia de bem estar dos poucos abastados ou herdeiros que podem ter o privilégio de instalar-se como moradores e habitantes dessa parte da cidade. E os subúrbios e periferias, com suas próprias versões destes espaços. Casario arquitetonicamente menos virtuosos, mas de original valor estético. Criando inclusive, clivagens entre os moradores adjacentes; como nem sempre há uniformidades no planejamento dos terrenos onde são construídas as casas e nas próprias ruas; quem, com sua moradia, ocupa os maiores terrenos nas avenidas principais é tido como pessoa de maior poder aquisitivo em comparação a quem reside num beco, cortiço, casebre ou casas em menores terrenos e ruas mais estreitas. As mercearias, bodegas, capelas, campos de futebol amador, ruas estreitas, mas arborizadas (na sua minoria), pequenas praças com ajardinamentos (estes também compõem os elementos estéticos de embelezamento das casas nos subúrbios) ou locais de recreação, pequenas creches e modestas escolas; os educandários muitas vezes são feitos de improviso, nas salas ou quartos da casa de uma Professora, eventualmente uma delegacia de polícia e os cemitérios. Estes são alguns dos elementos que vem a compor a cidade de muitos. Claval (2007) nos induz a refletir sobre o problema estrutural do dinheiro e que a falta deste pode levar a fazer com que os grupos sociais busquem ou criem meios alternativos aos convencionais. Assim, encontrando formas de paralelas ou similares de resolver certas carências estruturais de lazer, cultura e entretenimento. É por essa contiguidade que as necessidades daquilo que no presente estudo é referenciado como cidade de muitos (os subúrbios) vai demandar, qualitativamente, a ponto de superar, o que demandaria as necessidades de uma cidade de poucos (os centros). Mas, é igualmente notável que a cidade de poucos receba mais atenção dos poderes públicos, em questões estruturais, do que a cidade de muitos.

Neste sentido, até mesmo a escolha dos nomes dos bairros nos leva a pensar que houve um cuidado maior na sua escolha. O nome de um bairro aparentemente não pode criar uma identidade que seja diminutiva da autoestima do seu habitante; cuidado que não se dispensa aos subúrbios por exemplo. Com seus nomes, muitas vezes, excêntricos como o bairro recifense de “Brasília teimosa” ou pouco auto elogioso como as comunidades também recifenses de “burra nua”, “entra apulso”. Há também o vazio sugerido pelo acrônimo: COHAB (Conjunto de Habitação Popular), onipresente em toda cidade por se tratar de um programa habitacional de responsabilidade do planejamento e gestão do poder executivo municipal.

A pesquisa qualitativa nos estudos citadinos.

Existe uma vasta possibilidade de métodos aplicáveis à realização de estudos sobre a cidade e os seus habitantes, contudo, o cidadão tem um método de observação que difere do cientista, isso faz com que o cientista se interesse pelo método comum, o que nem sempre pode ser dizer do cidadão sobre o método científico. Para Carlo Argan,

De fato, o valor de uma cidade é o que lhe é atribuído por toda a comunidade e se, em alguns casos, este é atribuído apenas por uma elite de estudiosos, é claro que estes agem no interesse de toda a comunidade, porquanto sabem que o que hoje é ciência de poucos, será amanhã cultura de todos. (ARGAN, 2005, p.228).

O citadino é um ser individualizado pelo capitalismo dos centros urbanos. Sua vida se restringe, na maioria das vezes, a busca pela subsistência em negação da consciência de si como um elemento constitutivo, político, econômico, psicológico, histórico e cocriador da cidade em que está inserido. Ele quase nunca pode parar e pensar sobre a paisagem urbana. Boa parte do seu tempo está empenhado na tentativa de sobreviver mais um dia. Seria possível discutir um método comum utilizado pelos citadinos para conhecer e explicar a própria cidade, falar de sua história, memória, experiência, sobrevivência, permanências e ausências do que constitui o imaginário urbano? Parafrazeando Junior (2012) o imaginário da cidade tem como base os elementos espaciais e informacionais, esses compõem o processo de planejamento e de manutenção dos patrimônios sociais e ambientais.

Este é sem dúvida é um ponto importante. O historiador irá buscar na literatura quais os métodos podem ser utilizados, se é possível estabelecer um diálogo entre eles, quais as limitações e no que isso pode contribuir com os conhecimentos já produzidos. Não se propondo a concorrência ou tentativa de superação entre os métodos, mas a justaposição deles. Para um estudo com a problemática em tela, o método qualitativo de pesquisa seria a melhor maneira de realizar tal feito. Isso não significa que outros métodos de pesquisa não possam ser adotados, longe disso. Apenas, devido a volatilidade e a dificuldade de

matematizar os fenômenos observados, a pesquisa qualitativa aplica-se efetivamente. Seu alcance nesses estudos é maior devido a sua maior flexibilidade metodológica. Também para o caso de as fontes carecerem de interpretação baseada na compreensão do seu tempo original. Isso quer dizer que a análise dos discursos de um determinado período, quando se estudam documentos ou registros, precisam de uma contextualização antes de serem trazidos ao escrutínio.

Portanto, num estudo da cidade onde análise dos discursos, documentos, hipertextos, imaginário e identidades serão abordados, a pesquisa qualitativa seria mais indicada. Sua contribuição se dá no campo das ciências humanas como afirma Arilda Godoy, a pesquisa qualitativa, “enquanto exercício de pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques” (GODOY, 1995, p. 21). Está claro aqui a abrangência da pesquisa qualitativa quando se estudam estes fenômenos urbanos. Houve um tempo, num período não muito distante, que a História e Geografia concebiam as formações citadinas em determinações bastante rígidas para explicar este fenômeno tão amplo. Muitas vezes não consideravam os aspectos humano-geográficos *sui generis* da localidade, como a presença de um rio que poderia prover a subsistência das comunidades por longos períodos, com alimentação extraída deste ou mesmo a presença de água potável utilizada para aplacar a sede, e para o tratamento e cozimento dos alimentos. Até mesmo a distância de um rio ou outra fonte de água, mas de igual maneira a condição de um solo com características de fertilidade que poderiam potencializar o cultivo de plantas e criação de espécies para subsistência. Sabemos desde os estudos de Karl Marx e Friederich Engels que o trabalho é a atividade que produz o homem e tudo relacionado a ele, pois este produzia para a própria subsistência, a continuidade da vida e numa relação dialética transformou a natureza e é transformado por ela.

Segundo Karl Marx e Friedrich Engels, o que possibilitou a existência humana é “viver para poder ‘fazer história’. Mas para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais” (Marx, Engels, 1984. p.39). Portanto as relações de trabalho e produção estão intimamente ligadas a permanência dos homens em localidades e a pesquisa qualitativa estaria por excelência próxima dessas abordagens marxistas que estudam os fenômenos relacionados a estas condições humanas e seus contextos históricos. Há um determinismo geográfico nessa análise? Sim. Mas está atravessado por fatores históricos, humanos, econômicos, políticos, e que levam a conclusões muito além da mera condição naturalista que a discussão possa sugerir. É preciso fazer essas considerações antes de avançar na discussão. Podemos dizer que estudar a cidade e os elementos constitutivos

desta, em que pese todas as suas contradições, requer uma abordagem que vá além dos números e do que é visível.

Considerações finais

Sabemos que estas são apenas algumas das inúmeras possibilidades de estudos sobre a cidade, e que por si não encerram as compreensões da mesma esta forma de explicar suas origens, nem tão pouco as lutas que acontecem em seu interior pelo direito a cidade. As dimensões de explicação da cidade são multifacetadas e interdisciplinares, e um trabalho de compreensão dela numa perspectiva ampla levaria um tempo considerável pela necessidade de estabelecer um diálogo com outras disciplinas. Embora todas estudem as relações do homem entre si e com a natureza, assim como suas transformações a partir dessa interação, o que pretende este artigo é fazer observações metodológicas qualitativas sobre as origens de uma cidade do interior de Pernambuco, nos fins do século XIX, podendo ter como referências algumas delas (Garanhuns, Pesqueira, Caruaru, Arcoverde etc.).

Isolando e destacando suas peculiaridades e nos servindo delas para explicar como outras cidades podem guardar consigo elementos de histórias comuns ainda que consideremos suas especificidades. O que faz delas verdadeiras redes de transmissão e perpetuação do imaginário urbano. Entender os contextos históricos, os discursos da época, é de maneira geral compreender quais eram os valores que norteavam as práticas políticas do período abordado, nos ajuda a identificar quais foram as mentalidades que influenciaram os autores que ao seu tempo produziram a História. O que torna uma cidade, mesmo a interiorana, numa metrópole, do ponto de vista de subsidiar outras expressões menores de si mesma interna e externamente, são as considerações em que pesem a concreticidade material que seus aspectos políticos, sociais e econômicos possam estabelecer a fortiori. Outro problema que vale a pena ser investigando é o de que as cidades, tornam-se subdivisões de si mesmas depois de terem sido formadas de maneira unitária com planejamentos e diretrizes estabelecidas durante as ocupações de seus territórios.

Como podemos observar a cidade não é mero reflexo da modernidade, mas também é consequência deste fenômeno e resulta da materialização de um imaginário nunca acabado. As disputas territoriais, o direito a cidade, o autorreconhecimento entre as classes que a compõem, ou seja, é a sua concretude material inserida num espaço geo-histórico que a torna o lugar das lutas, resistências, permanências e abandonos. Reconstruindo-se diuturnamente qualquer olhar sobre a cidade, independente do ponto de vista, será sempre um olhar novo. Pois a reconstrução de sua narrativa está relacionada diretamente com a vivência local situada no tempo e no contexto histórico. O que torna a cidade um objeto de estudo das

pesquisas qualitativas que se proponham produzir uma perspectiva de novos olhares sobre antigos objetos históricos. De nossa parte, os historiadores que estudam a cidade, haverá sempre um entusiasmo ao nos debruçarmos sobre esse recorte; pois haverá um encantamento a cada levantar das intermináveis camadas históricas que constituem a memória urbana.

Referências

- ARGAN, Giulio Carlo. História da arte como história da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- BENJAMIN, Walter. Passagens. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2006.
- _____. Walter Benjamin, Obras Escolhidas III: Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo. Trad: J.C.M. Barbosa e H.A. Baptista. São Paulo, Brasiliense, 1994.
- CLAVAL, Paul. A geografia cultural. Tradução: Luiz Fugazzola Pimenta; Margareth de Castro Afeche Pimenta. Florianópolis: UFSC, 2007
- CORREA, Roberto Lobato. Região e Organização Espacial. São Paulo. Ed. Ática. 1986
- _____. O Espaço Urbano. São Paulo. Ed. Ática. 1986.
- COSTA, Raíssa de Keller e. SOUZA, Vanessa Taveira de. Cidades brasileiras: entre valores e narrativas do urbanismo. urbe, Rev. Bras. Gest. Urbana vol.13. Curitiba, 2021.
- ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.
- JUNIOR, Joc. O Imaginário da Cidade como Patrimônio Socioambiental e a Globalização. 2012.
- LEFEBVRE, H. O direito à cidade. São Paulo: Centauro. 2008.